

CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Metas e indicadores da Educação de Tangará da Serra estão sendo avaliados

São 10 indicadores que serão apresentados e avaliados no evento

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Aprovado em julho de 2015, o Plano Municipal de Educação tem a finalidade de orientar as ações educacionais no Município de Tangará da Serra, da educação infantil ao ensino superior, por um período de 10 anos – 2015/2025.

Neste ano, o documento completou três anos de vigência e, conforme prevê o artigo 6º da Lei Complementar nº 206 (que regulamenta o PME), deve ser avaliado, propósito da Conferência Municipal de Educação, iniciada nesta segunda-feira, dia 17 de setembro, com a participação de profissionais da educação, entre outros.

De acordo com o secretário Municipal de Educação, Gilmar Utzig, os trabalhos iniciaram com a apresentação das metas e indicadores do Plano Municipal de Educação e seguem nesta terça e quarta-feira, 18 e 19, com a avaliação das metas e estratégias descritas nos Eixos II (Ensino Fundamental e Alfabetização na idade certa); Eixo V (Indicadores de Qualidade), Eixo VI (Escola de Tempo Integral) e Eixo IV (Educação Especial). “Trata-se da avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação, ou seja, para avaliarmos o que foi feito até agora. Quais os indicadores atingimos, quais



O assunto começou a ser debatido nesta segunda

“
A cada três anos iremos avaliar esses indicadores

os objetivos que foram atingidos ou não. E avaliar tudo isso”.

Com essa avaliação, destaca o secretário, será possível traçar novas estratégias para atingir as metas. “O Plano Municipal tem um prazo de 10 anos e a cada três anos iremos avaliar esses indica-

dores”, ressalta, ao lembrar que nesta semana serão as oficinas de apresentação dos resultados.

Na próxima semana o assunto volta a ser debatido de segunda a quinta-feira, de 24 a 27 de setembro. São 10 indicadores dentro do Plano Municipal de Educação e todos serão apresentados nesta conferência. “E o que importante ressaltar é que toda a comunidade, tanto escolar como externa, pode participar, para poder cobrar, sugerir e opinar”, convida.

METAS – Todo esse trabalho é acompanhado por uma comissão e equipe técnica que, segundo o secretário, segue orientações do Plano Nacional de Educação. “E o

que podemos observar é que estamos dentro do que o Plano Nacional de Educação propõe e de certa forma atingindo quase todos os indicadores. Mas de qualquer forma podemos melhorar bastante em alguns deles, como, por exemplo, na Câmara Temática do Ensino Superior. Ainda temos muito a fazer para atingirmos o percentual proposto pelo Governo Federal, dentro dos municípios. Então temos que trabalhar nos próximos três anos para chegarmos mais próximo daquilo que o Governo quer”, frisa, ao destacar, porém, que na educação infantil e ensino fundamental a Educação Municipal está muito próximo de atingir o que o Governo propõe.

PEDIDOS

Fundeb permanente e mais recursos da União

Agência Brasil - Brasília

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) esperam que a próxima legislatura do Congresso Nacional, a ser eleita em 7 de outubro, torne permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), previsto para acabar em 2020.

De acordo com o vice-presidente do Consed, Fred Amancio, “existe consenso” sobre a importância do fundo e “o fim do Fundeb não é mais uma preocupação”. Segundo ele, “o fundo é uma garantia de recursos permanentes para a educação”.

Além de tornar o fundo perene, estados e municípios querem que a União aumente a complementação estabelecida em lei, como preveem duas propostas de emenda à Constituição (PECs) em discussão no Congresso Nacional, uma na Câmara dos Deputados e outra no Senado Federal.

A expectativa de estados e municípios, tratada nas discussões das duas emendas, é que a União aumente gradativamente os seus repasses e, em dez anos, que a complementação suba dos atuais 10% e alcance entre 30% e 40%.



Fundo é garantia da educação